

OFENSIVA PRESIDENCIAL/ÍNTGRA

“Eu não fui eleito para enganar ninguém”

Esta é a primeira parte da entrevista coletiva concedida ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. As questões referentes ao caso Econômico estão publicadas no caderno de Economia. TV Globo — Para aprovar todas essas reformas o governo precisa de uma forte base de sustentação no Congresso Nacional. O PFL foi fundamental nesse processo no primeiro semestre. Eu gostaria de saber se com a crise do Econômico e a ameaça de parte do PFL, baiano de ir para a oposição, primeiro eu gostaria de saber se o senhor considera essa oposição, a possibilidade dessa oposição. Segundo, se com essa oposição a consequência da crise econômica passaria ser então um problema na aprovação das reformas no Congresso. E terceiro, se por outro lado essa oposição ajudaria separar o PFL, que de fato apóia as reformas e apóia o programa de governo.

Fernando Henrique Cardoso — Em primeiro lugar, eu não vi da parte de nenhum elemento do PFL qualquer alusão a não aprovar reformas ou ir para a oposição. Tenho estado em contato com a direção do PFL, e a atitude é outra. A atitude é de compreensão, de absoluta necessidade das reformas e de presteza em ajudar o governo a cumprir um programa que é comum e que foi apresentado na campanha eleitoral de forma comum. Ninguém apoiou o presidente da República e o programa de campanha na pressuposição de que mais adiante não cumpriria. O PFL não tem manifestado a mim senão a confiança na continuidade das reformas. As reformas não são para partidos, são para o País. São necessidade nacional, são imperativos nacionais. Então, eu creio que não vai haver nada disso. Não vamos confundir alhos com bugalhos. Na verdade o problema do Econômico é um problema circunscrito e, ao meu ver, do ponto de vista político, superado.

Rádio CBN — O governo propõe uma reforma radical no Imposto de Renda de pessoas jurídicas. Por que o mesmo não está sendo feito, neste momento, com relação ao Imposto de renda de pessoas físicas?

Fernando Henrique — Mas está. É que em seguida virá o das pessoas físicas. Não dá para fazer tudo de uma vez só, porque até a assimilação das ideias fica perturbada. Mas certamente virá a modificação no Imposto de Renda de pessoas físicas. E também na forma de projeto de lei, e também a tempo oportuno para o Congresso avaliar e aprovar, ou modificar, segundo seu critério.

Agência RBS — Um dos pontos mais polêmicos sobre a sua reforma tributária é o fundo de compensação dos Estados exportadores. O senhor poderia nos detalhar melhor isso e nos confirmar se é realmente esse ponto que impedia que a reforma fosse para o Congresso na semana passada e que fosse hoje?

Fernando Henrique — Não é isso que está impedindo. Nada impede que ela vá hoje, a não ser por questão, digamos, de datilografia ou coisa dessa natureza. A questão relativa à forma de compensação é a seguinte: 10% do IPI, nós estamos acreditando que isso deve gerar R\$ 1,3 bilhão ou R\$ 1,4 bilhão, e por outro lado nós estamos considerando que nós vamos também passar o Imposto Territorial Rural para os Estados, e por outro lado nós acreditamos que o aperfeiçoamento do recolhimento do ICMS através dessa conjugação de esforços entre a União e os Estados também aumentará a receita desses Estados. Então, nós temos aí alternativas de compensação. O que há é o empenho total do presidente e do governo no sentido de que haverá compensação. Agora é uma questão de cálculo e de verificar se os governadores estão informados disso. É sempre fácil, antes de ver o texto, fazer críticas. Depois é que se vê. E, sobretudo, a disposição do governo. Isto aqui não é um governo, que diz uma coisa e faz outra. Não. Nós fazemos o que dizemos que vamos fazer. Podemos errar e corrigimos quando há erro, porque estamos numa democracia, mas nós não estamos aqui para enganar Estados. Ao contrário. É fundamental para a saúde da União, das finanças da União, que haja saúde das finanças dos Estados, porque senão não adianta. A crise é fiscal, não é da União, é do Estado brasileiro. Devo dizer que os Estados estão fazendo esforços nesse sentido. Devo também dizer que as empresas estatais no primeiro semestre geraram um superávit. Nós estamos com as contas públicas sob controle, há três ou quatro anos, já. E para isso é preciso que os Estados tenham recursos. Nós não temos União contra os Estados. É Estados, União e Municípios a favor do Brasil.

Isto é — Bom dia, presidente. Desde que o senhor tomou posse, várias medidas foram tomadas para reduzir o ritmo do crescimento econômico. O remédio foi bastante amargo, o que provocou a quebra de algumas grandes empresas atacadas e até houve algum estrago no sistema bancário. Depois disso, algumas medidas foram tomadas para amenizar, mas o aperto continua. O que ainda falta para que o Brasil retome as taxas de crescimento do início do ano?

Fernando Henrique — As taxas de crescimento do início do ano são insustentáveis. Nós queremos um crescimento sustentado. Porque elas apontavam para um crescimento de 12% a 15% ao ano. Com 12% a 15%, forçará uma importação enorme, o que vai provocar crise cambial. E haverá também es-

casos de oferta, o que vai provocar também subida de preços. Não é essa a nossa política. A nossa política não é de fazer de conta que já podemos crescer a 10%, 12%, quando ainda não podemos. A nossa política é dizer ao País com clareza: se nós conseguirmos crescer, durante um período dado, a 5% ou 6%, e nós mantivermos a estabilidade, ou seja a inflação sob controle; se nós estivermos refazendo os mecanismos de investimento, aí sim, o Brasil passa a ser um país que deu um salto. O salto não se dá com protecionismo. O governo evitou que houvesse o que outros governos não fizeram: que, por amor a que fosse possível dar a impressão de que dá para crescer, pisou no acelerador. Eu não vou dar exemplos históricos, nem me refiro à história da década de 80 só, não. Nós não fizemos isso porque somos responsáveis. Nós preferimos arcar com o ônus de responder perguntas como estas, que são corretas, do que simplesmente enganar o País e dizer: “Já cresceu tudo, então está tudo resolvido.” Nós nunca dissemos isso. Nós sempre dissemos que a estabilização é um processo, é um esforço, o governo está fazendo o que tem de ser feito. Agora, a taxa de crescimento continua muito forte. Não se iludam, a taxa de crescimento continua muito forte. Há alguns problemas setoriais e, claro, os que são afetados não querem saber da média, querem saber do que toca a eles próprios. Eu entendo isso. E o governo tem até de tomar atenção a situações particulares de segmentos específicos, mas não pode perder de vista o horizonte. O horizonte está dado por esses números. Eu vejo com frequência a análise baseada em fatos isolados. Uma grande empresa foi a falência ou foi a concordata. Ela vinha vindo, provavelmente, há dez anos. Quando vem um processo de estabilização, tudo aquilo que a inflação encobria, que você vai enrolando, levando para adiante, empurrando com a barriga, não pode mais. Então, a estabilização provoca esse tipo de desajuste. Mas quem ganha? Quem ganha é o povo. Porque antes quem estava pagando a conta de esses desajustes não serem cobrados era o povo via inflação. Agora, o povo continua comendo um pouco melhor, embora tenha havido um prejuízo para A, B ou C. E o nosso governo não está fazendo um programa para beneficiar os que já foram beneficiados a vida toda. É um programa para beneficiar a maioria do Brasil que não é financiado e nem protesta. Agora vai mexer com interesses organizados. Um banco que tem um problema, o Brasil treme. Não sei se o Brasil treme, a imprensa põe manchetes. O povo mesmo, não. É uma coisa menor no conjunto do País. Agora, aqueles que estão sendo realmente os objetos da nossa preocupação, que é a maioria da população, eles não têm meios reais para chegar até vocês, para dizer se estão comendo melhor ou pior. Qualquer medida que afete o interesse organizado, esse interesse se manifesta e dá a impressão de que é geral. E não é geral. Então, o governo acha que tem todas as condições, como eu disse aqui, para que haja a retomada — nem a retomada porque o crescimento não parou — para que haja, agora, nesse momento nós estamos chegando a um ponto, as taxas de juros estão caindo, os compulsórios estão sendo aliviados, porque o governo avaliou que já conseguiu o que queria. Ou seja, reverter o quadro que foi ameaçado por razões externas a nós, no caso da crise mexicana, e pelo ímpeto do crescimento que não podia ser mantido naquela taxa, a não ser enganando todo mundo. E eu não fui eleito para enganar ninguém.

uma entrevista que o senhor deu a um jornalista estrangeiro — e que foi reproduzida nos nossos jornais —, em que o senhor dizia: “Nunca pensei que fosse tão fácil governar o Brasil.” Hoje, depois das crises do Econômico, do Dallari, do ACM, da base de sustentação no Congresso o senhor continua com a mesma opinião?

Fernando Henrique — Continuo. Primeiro, porque essas crises, como eu dizia aqui, são de muita tempestade em copo d’água. Dallari não foi crise de coisa nenhuma. Foi um problema que ele mesmo resolveu, segundo o entendimento dele, o julgamento dele. E, quanto eu saiba, na comissão da Câmara foi sob aplausos. A questão do Econômico é uma questão limitada que tomou esse vulto, que eu acho que é nocivo ao bom encaminhamento da questão do Econômico, mas é normal. Nós estamos fazendo um imenso esforço de mudança no Brasil, de estabilização. Imagina só. E crise de base política eu só vi nos jornais. Não houve nada. Ninguém veio a mim dizer isso ou aquilo. Ou aos que vieram dei as explicações correspondentes. Então, eu confio muito não é na minha capacidade de articular política. Não é isso não. Eu confio no País. Essa é a diferença. Eu confio no Brasil, no povo, na sociedade. As pessoas entendem, sabem discernir e percebem o que é jogo de cena, o que é realidade, o que é boato, o que é verdade. Há um círculo menor de pessoas que se alimenta muito mais dessas perplexidades que nós todos produzimos, até mesmo com palavras, às vezes, que se diz que podiam ter sido poupadas de serem ditas e que são logo maximizadas. Mas, na verdade, o grosso do Brasil não está nessa, não. Está é na outra que eu mostrei aqui. Está é acreditando no País. Eu não acho difícil governar um país que quer melhorar, um país que voltou a ter auto-estima. Não fui eu quem trouxe auto-estima ao Brasil, ele é quem tem auto-estima, voltou a ter auto-estima. Um País que, hoje lá fora, sabe qual é o julgamento que fazem de nós. Um País que tem investimentos crescentes não há semana em que eu não receba grupos me informando sobre novos investimentos no Brasil. Um País que sacodi a poeira. Você acha que é difícil governar? Difícil era ser ministro da Fazenda quando nós tínhamos aqui uma inflação de 30%, 40% ao mês e quando nós tínhamos um Congresso que, naquele momento, não tinha condições de fazer mais nada porque já tinha passado por um processo traumático de um impeachment e de uma crise da Comissão de Orçamento. Então não havia interlocutor político. Eu sei o que foi isso. E vocês foram testemunhas de eu ir lá para o Congresso batalhar, sozinho muitas vezes, para conseguir que houvesse um voto numa coisa óbvia. Hoje, não. Hoje nós temos um Congresso que tem noção das coisas, que votou reformas importantíssimas. E o Brasil nem comemorou essa transformação. O Senado acabou de aprovar três emendas constitucionais da maior importância. E com uma votação enorme, com muita competência por parte dos líderes e do presidente da Câmara e do Senado, que foram muito competentes e leais. Não comigo, mas com o País. Então comprometidos com as reformas. Ora, um país que tem líderes políticos comprometidos com as reformas e tem uma população que, apesar de tudo, entende, sustenta. Que a toda hora, nos índices de aprovação do governo, pode haver uma variação aqui e outra ali, mas na média é uma aprovação consistente. Por que? Porque nós estamos fazendo as coisas de boa fé, com sinceridade. Um país que permite isso, meu Deus, por que vai ser difícil governar? É fácil. É só nós termos, como eu tenho, vontade decidida e boa fé.

Estado de Minas — Presidente, há dois meses eu me lembro de

OFENSIVA PRESIDENCIAL/ÍNTGRA

“É preciso vir cada coisa a seu tempo”

Esta é a segunda parte da entrevista coletiva concedida ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. As questões referentes ao caso Econômico estão publicadas no caderno de Economia.

TV Manchete — O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito, é um dos críticos mais enfáticos da reforma tributária que o senhor está apresentando hoje. Segundo ele, a reforma deveria ser mais ousada, com maior redistribuição de tarefas e maior redução de impostos. Segundo ele, a reforma é tímida porque o Palácio do Planalto não quis usar mais por falta de espaço político. No entanto, o governador Antônio Brito apóia a proposta de reeleição para presidente e a criação de um grande partido social-democrata, vindo da fusão do PSDB com dissidentes do PTB e PT. O senhor confirma a criação desse partido já numa possível reeleição? E como o senhor recebe as críticas de falta de respaldo político do governador Antônio Brito?

Fernando Henrique — Em primeiro lugar, a questão de partidos eu não tenho a menor ideia. Eu acho que o meu governo é baseado em vários partidos e o presidente da República não está favorecendo esse ou aquele, nem o próprio partido. E não está realmente neste momento cuidando dessa matéria, nem acha que ela tenha neste momento prioridade para o governo. Não sei. Com relação à reforma tributária, só agora ela começa a ser reconhecida. Só agora ela irá para o Congresso, não só no aspecto direto de mudanças constitucionais, mas também nas modificações que alguns deputados estão propondo e também modificações nas leis de Imposto de Renda. E vão então verificar que é uma reforma que de tímida não tem nada, porque ela é sensata. Eu nunca acreditei no grande plano salvador. Eu disse isso a minha vida inteira, que um dos maiores, digamos assim, atestados de subdesenvolvimento é a ideia de que se resolve tudo com um ovo-de-colombo. Não quero fazer a referência. E como se acabar a inflação com um

tipo só”. Esse tipo de atitude não é madura, esse tipo de atitude não é condizente com um país que jásentá com um grau de desenvolvimento que o nosso tem. Se o governo imagina que vai botar de pernas para o ar um sistema tributário, esse governo não é responsável. E o governador Brito pensa como eu. Eu espero que o governador Brito, em função dos esclarecimentos que ele está tendo da reforma, venha se juntar a nós nessa reforma. Eu tenho certeza, vai se juntar. E, mais ainda. Essa reforma modifica muita coisa. Mesmo aqueles que falam que é preciso ser mais audacioso, é preciso que digam no quê. Aliás, o congresso está para receber a reforma e pode ter a audácia que quiser. Quanto mais audácia — desde que essa audácia não seja uma falta de juízo e assegure um caminho estável para as finanças públicas, para as empresas e para os cidadãos — o presidente apóia. Não há problema nenhum. Agora, nós não queremos excluir nenhuma forma de proposta que venha do Congresso, inclusive no que diz respeito às compensações para os Estados. Estamos abertos. Repito: isto aqui é um governo de gente séria, de gente simples, de gente de boa fé. E acho que são competentes os ministros. Nós sabemos o que estamos fazendo. De modo que não temos nenhuma alteração que vier. Pelo contrário, porque se quem ter outro caminho que permitisse passos maiores, e presidente emenda de braços abertos. Agora, nessa reforma, os efeitos são positivos, são consistentes e produzem modificações muito grandes na direção que todo mundo quer. Simplesmente o sistema de impostos — eu não falei ainda, porque não é o momento, do que nós vamos fazer com as contribuições sociais, com o que nós vamos aliviar a folha de impostos. Mas o Brasil está sendo mudado em muita coisa e é preciso vir cada coisa a seu tempo. Eu disse sempre — lembram de quando vocês me atormentavam com os cem dias de governo, em que eu me dizia: “Isso é uma coisa

equivocada, uma coisa que não tem sentido, para espetáculo, para protecionismo. Nós não temos de ter cem dias, nós temos quatro anos de governo.” Eu dizia também — e continuo dizendo — que nós vamos reformar durante todo o tempo, vamos modificando. É um processo. Só que o País está nesse processo, e a reforma tributária e as emendas que estamos mandando — mais as medidas legais infraconstitucionais fazem — fazem parte desse processo, que desencadeiam outras mudanças até mesmo dentro do Congresso. E o Brito vai ser um dos maiores aliados disso.

TV CNT — Presidente, mesmo com todo o esforço do governo a reforma da Previdência está parada no Congresso. O senhor anunciou que vai retomar as negociações sobre a reforma. O que vai mudar e qual será a estratégia do governo para tirar essa reforma do papel?

Fernando Henrique — Bom, o governo já pediu através de seus líderes, um entendimento na Câmara, a criação de um fórum no Congresso para que o próprio Congresso possa acrescentar elementos de informação e de ajustamento. O ministro da Previdência, por sua vez, está em contínua conversa com os sindicatos, com as centrais sindicais, com aquelas que se dispõem a conversar, naturalmente — e eu espero que todas — para ver quais são os problemas que afetam mais diretamente os trabalhadores e que soluções podem ser dadas, de modo que os direitos sejam preservados. Já está em franco processo, e agora, terminada essa negociação a nível do Congresso, nós já teremos condições pra definir com mais clareza com ministros e lideranças o que pode ou não pode ser aprovado já.

Agência Reuter — Por muitas pessoas, os fatos da semana passada mostram as dificuldades que o senhor enfrenta no Congresso, especialmente em termos de pressões políticas de partidos e grupos organizados sobre temas especifi-

cos. Parece que mais uma demanda está sendo colocada em sua mesa. Qual os desafios que o senhor e o Plano Real enfrentam em superar essas pressões e quais as estratégias que o senhor tem para fazer isso?

Fernando Henrique — Vejam, por sorte para o Brasil, nós vivemos numa democracia e numa democracia as pressões afloram. Quando não é democrático, também há pressões, só que o povo não sabe. Aqui todo mundo sabe das pressões. São tão poucas, principalmente nessas reformas todas, que são reformas de muita profundidade. As reações, na sua imensa maioria, foram reações de convicção, tentativas de mudar aqui ou ali, mas não houve um bloqueio. O Congresso não bloqueou. Por que é que vai bloquear agora? Não vai bloquear não. Há muito poucas — e eu repito o que disse há pouco aqui — há uma vontade tão grande de mudança no Brasil, há tal convergência de vontade nesse sentido, e há uma tal disposição do governo de enfrentar — porque isso é verdadeiro, nós estamos enfrentando, nós não estamos botando debaixo do tapete os problemas. Ao contrário, nós estamos enfrentando os problemas. Eu realmente estou muito confiante. Acho que essas reformas terão acolhida no Congresso. Eu repito o que digo sempre: acolhida no Congresso não quer dizer que eu aperte um botão no Planalto e o Congresso vote lá. Não é assim, nem deve ser assim. Fui senador tantos anos, respeito o Congresso. E respeito não só o Congresso, mas a sociedade também, os vários segmentos da sociedade. De modo que eu acho que havendo com há disposição firme de fazer, o rumo definido é uma atitude democrática de ouvir — ouvir não quer dizer conceder, quer dizer realmente prestar a atenção ao argumento do outro; havendo o argumento, o governo altera seu ponto de vista, mas ele também tem capacidade de contra-argumentar — eu estou muito tranquilo quanto ao respaldo que o Congresso dará. Repito, não é a mim. Eu já o tive res-

paldo do povo. Hoje o Congresso tem de dar respaldo é ao povo, que precisa dessas reformas.

Agência Invest News — Nós sabemos que as contribuições sociais são tributos em cascata que afetam a eficiência da economia e diminuem a competitividade das exportações. Eu queria saber por que a proposta do governo não toca nessa questão e, segundo, quais são as mudanças que virão no Imposto de Renda para pessoa física, se o governo vai revogar a alíquota de 35% do IR para pessoa física, que os números da Receita mostram que essa alíquota de 35% do IR para pessoa física teve um efeito desprezível ou quase nenhum na arrecadação?

Fernando Henrique — Com relação à questão da desoneração da folha, o governo está analisando. Eu disse aqui há pouco, nós vamos fazer também um esforço para desonerar a folha. Estamos trabalhando nesse sentido e vamos apresentá-la. Não dá para fazer tudo de uma só vez, mas vamos fazer. Estamos examinando os mecanismos, de como é que se desonera a folha, de que maneira é possível financiar atividades que são imprescindíveis. Por exemplo, o Senai, que é uma coisa fundamental,

e outras instituições desse tipo, de que maneira é possível financiar sem que isso incida em impostos que sejam em cascata. Os setores técnicos do governo estão elaborando essa matéria e num momento oportuno eu informarei a respeito. Quanto à outra questão, a do Imposto de Renda de pessoa física, eu já respondi. O governo vai mandar uma lei sobre Imposto de Renda de pessoa física. E se nós estamos fazendo um esforço para desonerar ou diminuir a carga para as empresas, é óbvio que com mais forte empenho o governo querará fazer o mesmo para pessoas físicas, não só no que diz respeito aos 35%. É preciso pensar nos outros também — 35% é a minoria. Pode ser que isso não afete positivamente, de modo consistente, os recursos do governo. Então, nesse caso, não há por que perseguir uma minoria mais rica. Mas nossa preocupação maior não é com essa minoria, e sim com a maioria dos assalariados que pagam, às vezes, entre 15% e 25%. Nós estamos examinando qual é o mecanismo pelo qual nós podemos chegar a uma proposta que seja justa de redução de alíquotas e de aumentar a base. Não tenha dúvida quanto a isso.